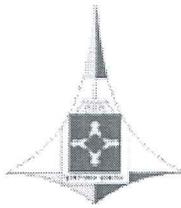


Assessoria de Plenário e Distribuição
Ao Setor de Protocolo Legislativo para
registro e em seguida, à Assessoria de Plenário
para análise de admissão e distribuição,
observado o art. 132 do RI.
Em, 09/02/11



L I D O
Em, 8/2/2011
Assessoria de Plenário

Itamar Pinheiro Lima
Chefe de Assessoria
Câmara Legislativa do Distrito Federal
GABINETE DO DEPUTADO JOE VALLE

RQ 178 /2011

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Joe Valle)

Requer a realização de Audiência Pública
no dia 15 de fevereiro do corrente ano
para debater a situação atual da Terra
Pública Rural do Distrito Federal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO
FEDERAL:

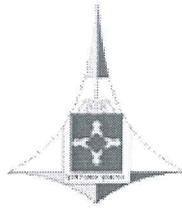
Nos termos dos artigos 85, 239 e 240 do Regimento Interno desta Câmara
Legislativa, vimos requerer a realização de Audiência Pública no dia 15 de fevereiro do corrente
ano para debater a situação atual da Terra Pública Rural do Distrito Federal.

Sugerimos que, sejam convidadas as autoridades representantes dos seguintes
Secretarias de Estado, órgãos e entidades:

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento;
- Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social;
- Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- Representantes de Associações e Cooperativas;

JUSTIFICAÇÃO

Entre as atribuições do Poder Legislativo, conforme previsto no Artigo 77 da Lei
Orgânica do Distrito Federal e no Artigo 15, X, do Regimento Interno, está a “fiscalização
contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades
da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público”.



Câmara Legislativa do Distrito Federal

GABINETE DO DEPUTADO JOE VALLE

Dados do Governo do Distrito Federal revelam que as áreas públicas rurais no Distrito Federal somam 235.629 hectares, distribuídas entre áreas legalmente arrendadas (60,33%), áreas irregularmente ocupadas (27,50%) e áreas de parques e reservas biológicas (12; 17%). Do total de 142.164 hectares ocupados regularmente, existe a ocupação sob a forma de arrendamento e a ocupação sob a forma de concessão de direito real de uso.

Em que pese à destinação das áreas rurais seja para produção agrícola, o que se tem visto é a ocorrência de parcelamentos irregulares em muitas áreas, como é o caso das áreas arrendadas que fazem parte da Área de Relevante Interesse Ecológico JK, em Samambaia / Taguatinga.

O Distrito Federal e, mais particularmente, Brasília ostenta o título de "**Patrimônio Cultural da Humanidade**", além de sua qualificação de Capital da República, corre um sério risco de tornar-se conhecida pela proliferação das invasões de áreas públicas. Assim, temos que lutar pela preservação da terra pública do Distrito Federal. E unir forças para se evitar essa chaga que se abateu sobre as terras do DF, por conta da visão egoísta e inescrupulosa de alguns cidadãos, que ano a ano avançam no desmatamento do projeto urbanístico da cidade. Temos que nos dedicar a cessar atividades criminosas que vem reduzindo as reservas ambientais da nossa Capital, comprometendo a qualidade de vida das gerações futuras. Enfim temos que nos empenhar em evitar que um pequeno grupo de especuladores malfeitores locuplete-se ilicitamente com a ineficácia do Poder Público.

Além de todas as implicações de ordem legal, a ocupação desordenada do solo promovida pelos parcelamentos ilegais tem colocado há anos o Distrito Federal sob sérios riscos de danos ambientais. Segundo levantamento de especialistas em meio ambiente, mais da metade dos loteamentos irregulares estão situados em áreas de proteção ambiental, áreas instituídas com a finalidade de proteger a diversidade biológica, disciplinar a ocupação local e preservar os recursos naturais.

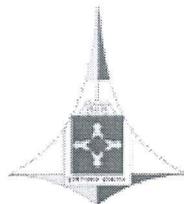
Hoje, as unidades de conservação de proteção integral, é uma realidade sombria, e que temos a todo custo promover debates envolvendo toda a sociedade e as autoridades competentes, mas, que culminem em ações concretas para se evitar a continuidade dessa prática maligna que somente beneficia os indivíduos inescrupulosos e prejudica toda a população do Distrito Federal.

Infelizmente, é este o cenário que já vem se verificando no DF. Tem-se observado há anos a ação cada vez mais intensa de invasões de áreas, o aumento da pressão por regularização de empreendimentos potencialmente causadores de impactos ambientais, e concessão de liminares que beneficiam estes empreendedores, entre outras ações.



142-

m



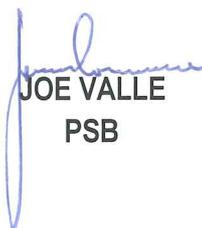
Câmara Legislativa do Distrito Federal

GABINETE DO DEPUTADO JOE VALLE

Verifica-se, ainda, o comprometimento gradual dos mananciais de abastecimento de água, o que provocará em breve a necessidade de importar água do Estado de Goiás, o que implicará em altos investimentos, que o conjunto da sociedade terá que pagar.

Por todo esse quadro aqui relatado é que requeremos a realização da Audiência Pública, com o objetivo de não somente debater, mas propor ações com objetivo único de proteger a integridade da Terra Pública do Distrito Federal, e conseqüentemente a preservação do nosso meio ambiente.

Sala das Sessões, em de de 2011.

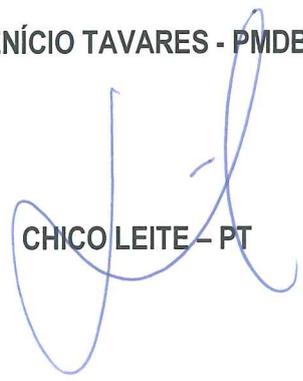

JOE VALLE
PSB

AGACIEL MAIA – PTC

AYLTON GOMES – PR

BENÍCIO TAVARES - PMDB


BENEDITO DOMINGOS – PP

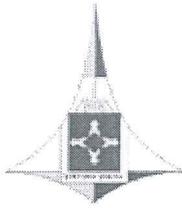

CHICO LEITE – PT

CELINA LEÃO – PMN

CLAÚDIO ABRANTES – PPS

CHICO VIGILANTE – PT





Câmara Legislativa do Distrito Federal

GABINETE DO DEPUTADO JOE VALLE


DR. MICHEL – PSL

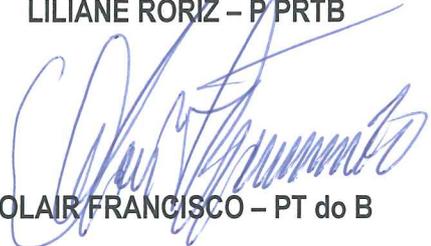
CRISTIANO ARAÚJO – PTB

EVANDRO GARLA – PRB


ELIANA PEDROSA – DEM

LILIANE RORIZ – P PRTB


LÚZIA DE PAULA – PPS


OLAIR FRANCISCO – PT do B

PATRÍCIO – PT


PROFESSOR ISRAEL BATISTA – PDT

RAAD MASSOUH

REJANE PITANGA – PT

RÔNEY NEMER – PMDB

WASHINGTON MESQUITA - PSDB


WASNY DE ROURE – PT


WELLINGTON - PRTB

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RA Nº 178 / 2011
Fls. Nº 04 Bete